



# Roteiros

17. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

## O PADROADO E A MISSIONOLOGIA

por ADRIANO MOREIRA <sup>(1)</sup>

**1.** A intervenção do Professor Padre Silva Rego no panorama universitário português deu-se numa época em que os problemas mais agudos se concentraram na década de sessenta, e teve a sede no agora chamado Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa.

É necessário lembrar que se trata da antiga Escola Superior Colonial, nascida de uma iniciativa cívica que, em fins do século passado, deu origem à Sociedade de Geografia de Lisboa, e de facto sempre se manteve uma intensa ligação entre as duas instituições, quer pelo que toca aos titulares dos órgãos respectivos, quer pelo que respeita ao projecto e à acção de divulgação cultural. Por isso Silva Rego também foi sempre activo na veneranda Sociedade de Geografia de Lisboa.

A origem do Instituto, e a ligação com a Sociedade de Geografia, conduziram a uma íntima relação com a Junta de Investigações Científicas do Ultramar, hoje com o nome de Instituto de Investigação Científica Tropical. Daqui resultou que os três objectivos de qualquer instituição universitária, que são investigar, formar, e divulgar a cultura, eram assumidos pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas deste modo: a investigação entregue a Centros de Estudos da Junta, que estavam instalados e funcionavam no próprio instituto, com o pessoal deste, o mesmo acontecendo com Faculdades de outras Universidades; a acção para além dos muros, apoiava-se com frequência na Sociedade de Geografia, ou colaborava com esta; o ensino aproveitava de ambas essas actividades e instituições. Uma valiosa série de volumes, com a

designação comum de Colóquios — documenta a acção desenvolvida na vertente das relações da Universidade com a sociedade civil, assim como está documentada, para além desses volumes, no Boletim da Sociedade de Geografia; a acção de investigação consta de uma talvez centena de volumes publicados pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais, e missões e centros que dele derivaram; a formação deu origem a uma renovação da tradição, frequentemente esquecida, de publicar os Cursos e Manuais dos professores, uma maneira de se submeterem à avaliação pública enquanto não se institucionalizar a avaliação das universidades.

A origem do Instituto, vinculada à problemática colonial, está presente em toda a sua evolução, incluindo as dificuldades graves que enfrentou antes da revolução de 1975 e depois dela, assim como deste modo se explica a frequência com que agentes do ensino e de investigação omitem nas suas biografias actuais a passagem, que definitivamente marcou as suas carreiras, pelo quadro do Instituto.

E, todavia, foi nessa época que este evoluiu de escola de quadros, que era a sua função de origem em concordância com a prática dos outros Estados detentores de colónias, para escola universitária de ciências sociais e políticas, a primeira a posicionar-se nessa abandonada área, e também a que teve de vencer enormes obstáculos: os da linha clássica que não via necessidade de qualquer mudança; os da linha estrangeirada, no bom sentido da origem da sua formação académica, que procurou man-

(Continua na página 6)



# A GRANDE MENSAGEM E OS MENSAGEIROS

Pe. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR

O grande acontecimento que celebramos no Natal leva-nos a pensar num facto, que determina o caminho da História e com repercussões de toda ordem nestes 2000 anos que estão a chegar ao fim.

Nós cristãos partimos da aceitação de um Deus criador e Pai da Humanidade e como tal não pode abandonar o homem que criou e a quem entregou o domínio e a utilização da terra e o conhecimento do universo.

No decorrer da História do homem, Deus enviou-lhe «Angeles» Anjos ou Mensageiros para lhe lembrar a sua origem e a sua pátria definitiva — o «avevo dos gregos», a «Cidade celeste» dos cristãos.

1. A História do homem divide-se em períodos, em Idades caracterizadas por acontecimentos que marcaram profundamente a vida do homem.

Os milénios anteriores ao nascimento de Cristo, no aspecto da revelação são designados pelo Antigo Testamento, ou Antiga Aliança, devido ao modo como Deus se revelou aos homens e escolheu um povo, que descenderia duma linha de Patriarcas e que seria o «Povo eleito», a quem enviaria

Profetas, Juizes, Reis, chefes carismáticos, com o objectivo de na plenitude dos tempos enviar o seu próprio filho Jesus Cristo.

Pensamos que a humanidade deveria ser preparada durante milénios para este acontecimento irrepitível e que marcará a História definitivamente: A.C. e D.C.

2. O grande Mensageiro prometido aos Patriarcas, anunciado pelos Profetas, esperado pelo povo foi Jesus Cristo e o Mensageiro que anuncia a sua vinda seria o Arcanjo Gabriel, o Anjo da Anunciação e da Encarnação do Filho de Deus, que apresentou a Maria a sua eleição para ser a Mãe desse Grande Mensageiro que, S. João sintetizou teologicamente, «O Verbo se fez carne e habitou entre nós».

A Mensagem anunciada aos homens, quando Cristo nasceu e pelos Anjos aos pastores de Belém foi recolhida pelo Evangelista S. Lucas; «Glória a Deus nas alturas e Paz na terra aos homens a quem Deus ama».

3. Esta Mensagem cantada pelos Anjos quando do Nascimento de Cristo, será «Grande Boa Nova», que será anunciada a todo o mundo pelos «Novos Mensageiros» — os Apóstolos, enviados por Cristo até aos confins da terra — no «finis terrae» daquela época, a todo o mundo conhecido.

Porém, o anúncio da «Mensagem» está sujeito a condicionamentos de vária ordem; desde as vias de comunicação, às velhas vias romanas por onde se possa caminhar, pelos mares por onde se possa navegar, pelos rios e montes por onde se possa subir, pelas praças e ruas onde se possa andar e pelos «agros», onde se possa encontrar as suas gentes, até aos meios mais modernos e sofisticados das novas tecnologias mais avançadas.

A «Mensagem» deixou-se ouvir em toda a terra, onde exista a liberdade de ser anunciada e ser ouvida.

4. A História é longa de contar, pois são 2000 anos em que a Mensagem circulou por todo o mundo pelos modos mais diversos e vem até aos nossos dias.

A História também nos conta perseguições, prisões, mártírios sofridos pelos Mensageiros, foi levada a todos os Continentes, atravessando mares «nunca dantes navegados» contra vento, contra monção, contra marés e contra razão» como escreveu Fernão Mendes Pinto na «Peregrinação».

A época que vivemos regista 5 séculos em que a Mensagem passou o Atlântico, o Índico, o Pacífico e chegou às ilhas perdidas nos oceanos, mas descobertas pelos «Mensageiros».

Entre os «Mensageiros» registam-se os nomes dos nossos Missionários que embarcaram no Restelo em frágeis caravelas e que chegaram à Índia, à China, ao Japão, ao Brasil e cuja memória estamos agora celebrando sem mencionar nomes, pois foi epopeia de um povo, que Camões chamou «Lusíadas», incluindo na gesta todas as classes sociais do Rei à nobreza, até aos mais humildes, que abateram os troncos nas florestas, e que os mansos e pachorrentos bois conduziram até os portos onde os serradores, os carpinteiros, os ferreiros e os mais humildes sem profissões, transformaram em naus, que sulcaram os mares, venceram os ventos



**HOTEL  
ROMA**

\*\*\*

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA  
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P  
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

**EM FÁTIMA:**

\*\*\*

**HOTEL SANTA MARIA**  
Rua de Santo António  
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

**HOTEL DOM JOSÉ**  
Av. D. José Alves Correia da Silva  
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279



e correntes e guiados por novas estrelas chegaram a novas terras onde implantaram o sinal da «Mensagem do Grande Mensageiro» a Cruz de Cristo e as «Quinas», braço de Portugal.



5. Foi essa geração de «Quinhentos» que foi uma geração de «Profetas» de «Mensageiros» que descobriram à Europa «Novos Mundos» e que fizeram duma Europa — europeia dobrada e enrolada sobre si própria, uma Europa alargada e aprofundada, reconhecendo uma missão universal.

Surgiu o Euro-Mundo. Surgiram novos povos, construíram-se novas cidades; encontraram-se e cruzaram-se novas culturas, mas um sinal de união apareceu em todo o mundo, unindo todas as etnias, à «Cruz de Cristo».

Os valores cristãos: liberdade, igualdade, solidariedade, fraternidade, justiça e paz, serviram de base às novas sociedades — pois o livro era um e único, os «Evangelhos», ainda que por vezes com mais de um leitura.

## 6. NOVA EVANGELIZAÇÃO

O Papa João Paulo II vem-nos falando duma Nova Evangelização, de novas metodologias, em que se destaca o respeito pelas culturas autóctenas, animadas pelo espírito e valores do Evangelho.

Será de perguntar se este povo ribeirinho, Portugal, nascido, crescido e alimentado pelo Atlântico, hermanado na mesma sorte terá que fechar os olhos à sua imensidade, terá que dar com as «novas naus» em terra, arquivar os «Lusíadas», esquecer a «Peregrinação» e as suas peregrinações por terras alheias e fitar os seus olhos e pôr a sua esperança em Bruxelas ou em Estrasburgo, julgado que o seu futuro depende das migalhas dos «novos ricos».

Sermos europeus; construir uma Comunidade Europeia com valores comuns é uma coisa, dependermos da vontade dos outros povos irmãos europeus? é outra coisa.

Como povo europeu que se orgulha de ser, o 1.º povo, que demarcou as suas fronteiras na Península e que não marcou limites na sua navegação para o Sul, torna-se indispensável, ler de novo os Lusíadas e a Peregrinação e não darmos por terminada a nossa «Missão de Mensageiros», dando largas à nossa imaginação criadora e aos sonhos de um povo em que o 70% da sua população dorme ao som das ondas que esbarram nos cabos e alcantilados ou que mansinhas beijam as nossas praias. A nossa Missão como Povo Atlântico ainda não terminou, mas se um dia terminasse pela indolência do Povo ou por incompetência dos timoneiros, seria de pedir a Deus, que o Atlântico alargasse as suas ondas até à fronteira com Espanha e ficando a descoberto o ponto mais alto da serra da Estrela, fosse posta lá a Cruz de Cristo, como símbolo da nossa Missão, que os nossos Mensageiros levaram a tantas partes do Mundo.

6. A modo de conclusão desta «Meditação», acredito que como povo, temos ainda Missão a cumprir e utilizando um pensamento do «novo Camões»: «Portugal está por Cumprir» e cumpre à nova geração do ano 2000 — «Cumprir Portugal» (Fernando Pessoa).

*Lisboa na passagem da noite de inverno de 30 de Novembro para a manhã radiosa de 1 de Dezembro de 1993.*



### HOTEL GOLFINHO

Praia D. Ana - 8600 Lagos - Algarve  
 Telef. 082 - 76 99 00 - Telex 57 497 - Telefax 082 76 99 99



SAIORnova





- Todos os quartos c/ ar condicionado, telefone, TV e rádio
- Restaurante
- Bar
- Coffee Shop
- Piscina
- Jardim
- Garagem
- Autocarro grátis para a cidade e vice-versa

- Parque de estacionamento
- Sala de jogos
- Cabeleireiro
- Bazar
- Discoteca
- Sala de Conferências



# O REGRESSO DA HISTÓRIA

por JOSÉ ADELINO MALTEZ

Neste Outono de 1993, depois da vitória dos ex-comunistas nas eleições polacas e da sucessão de golpes e contra-golpes em Moscovo, talvez importe repensar as gnósticas teses do *fim da história*, com que certos adeptos da *teologia de mercado* tentaram interpretar apressadamente o ano de 1989 e o chamado *fim do comunismo*.

Propomos apenas a releitura do capítulo III da Carta Encíclica *Centesimus Annus*, emitida em 1 de Maio de 1991.

Especialmente aqui e agora, neste Portugal, epicamente qualificado como país formalmente *desenvolvido*, incluído naquele Ocidente que *dá a impressão de se abandonar a formas de isolamento crescente e egoísta (Sollicitudo Rei Socialis, de 30 de Dezembro de 1987, 23, p. 46)*. Neste país membro de pleno direito da Comunidade Europeia onde às vezes *se faz uma excessiva propaganda dos valores puramente utilitários, com uma solicitação desenfreada dos instintos e das tendências ao prazer imediato, o que torna difícil o reconhecimento e o respeito da hierarquia dos verdadeiros valores da existência humana (CA, p. 66)*.

Aqui e agora, onde muitos parecem esquecer que *um desenvolvimento somente económico não está em condições de libertar o homem; pelo contrário, acaba até por escravizar mais (SRS, 46, p. 102)*. Aqui e agora, numa sociedade ocidental, onde foi superada a exploração, pelo menos nas formas analisadas e descritas por Karl Marx. Mas não foi superada a alienação nas várias formas de exploração quando os homens se instrumentalizam mutuamente e, na satisfação cada vez mais refinada das suas necessidades particulares e secundárias, se tornam surdos às suas carências verdadeiras e autênticas, que devem regular as modalidades de satisfação das outras necessidades (CA, 41, p. 91).

Direi, em primeiro lugar, que relacionar, de forma directamente mecanicista, o pretensão *fim da história* com o chamado *fim do comunismo* talvez seja esquecer, como noutra lugar ensina João Paulo II, que a *história não é simplesmente um progresso necessário para o melhor, mas sim um acontecimento de liberdade e, mais ainda, um combate entre liberdades (Familiaris Consortio de 22 de Novembro de 1981)*.

Que não é a história que faz o homem, mas sim o homem que faz a história. Que a história não está posta de forma apriorística por um qualquer *iluminado* ou *vanguardista* escrevedor de uma ideologia sobre o *processo histórico*. Que a história é sempre uma *co-criação de homens livres...*

Quem assim fala em fim da história continua a aderir a um *optimismo mecanicista ingénuo (SRS, IV, 27, p. 56)*, a uma concepção ligada mais a uma noção de *«progresso»*, com conotações filosóficas de tipo *iluminista* (id. p.55).

Com efeito, a tacahez hegeliana de tal ideologismo continua a ter a ilusão de haver produzido o chamado *fim do comunismo*, segundo a lógica do custo/benefício da mentalidade banco-burocrática, não conseguindo enxergar nos movimentos sociais e culturais vindos do Leste o vitalismo existencial de um libertacionismo humanista.

Os que repetem a referida vulgata não conseguem compreender, continuando a utilizar palavras de João Paulo II, a *importância universal* dessa revolta sem revolução do ano 1989, desse movimento *dos homens de boa vontade a favor da libertação da pessoa humana e da afirmação dos seus direitos individuais, familiares e nacionais e muito menos perceber por que na sua génese esteve o ressurgimento de formas espontâneas da consciência operária (CA, 26, p. 59)* que, ultrapassando o quadro da luta de classes, se globalizaram numa reivindicação mais ampla em torno dos *direitos da consciência humana*, opondo a verdade contra a mentira e a razão contra a força.

Uma revolta que foi mais libertacionista do que liberal. Que se actuou em primeiro lugar contra um sistema onde *o interesse individual fora violentamente suprimido e substituído por um pesado sistema de controlo burocrático, que esteriliza as fontes da iniciativa e da criatividade (CA, 24, p. 57)*, não deixou de procurar dar uma resposta *ao sentido da existência pessoal (CA, 24, p. 55)* contra *o vazio espiritual* dos sistemas comunistas (id. p. 55), onde *a política se tornara uma religião secular, que julga iludidamente poder construir o Paraíso neste mundo (id., p. 57)*.

Com efeito, somos dos que não seguem a pretensa filosofia da história neomaquiavélica do chamado *realismo político*, cuja fonte doutrinal continua a ser o principal alimento dos nossos diplomatas e estrategistas, formados pelos quadros mentais da Guerra Fria.

É que no processo do fim do comunismo foram marcantes tanto as *revoluções de veludo do poder dos sem poder*, como a acção das divisões desarmadas do Vaticano ou o voluntarismo individualista, aliado ao espontaneísmo populista, circunstância que não correspondeu às pessimistas previsões do cientismo realista.

Henry Kissinger, um dos expoentes doutrinários e práticos dessa mesma Guerra Fria, chegou mesmo a proclamar que as relações entre o chamado *mundo livre* e o chamado *mundo comunista*, depois de décadas de confrontação, deveriam consolidar-se numa efectiva acomodação, dado que o poder soviético se teria transformado num elemento permanente da realidade internacional. Uma mentalidade equivalente tanto à versão da *coexistência pacífica* brejneviana, como àquele pretensão pacifismo ocidentalista que clamava o *antes vermelhos que mortos*, quando o principal líder da Carta de 77, Jan Patocka respondia que *uma vida que não está disposta a sacrificar-se pelo seu sentido, não vale a pena ser vivida*.

Ora, a perspectiva neomaquiavélica da teoria da balança de poderes, ao negar o papel do indivíduo na história, coincidiu com a perspectiva marxista do processo histórico, ambas considerando que seriam o poder ou a história, e não o homem, a fazer a história. Com efeito, todo o realismo político nas relações internacionais, obedece a quatro preceitos:

- a solução final do problema da insegurança internacional tem de ser encontrada através da manutenção da balança de poderes;
- os amigos e os inimigos no plano das relações internacionais não têm a ver com as ideologias ou com o aspecto interno dos respectivos regimes, dado que os amigos e os inimigos são escolhidos na base do respectivo poder;
- as capacidades militares são mais importantes do que as intenções dos homens de Estado;
- não há moralidade nas relações internacionais<sup>(1)</sup>.

O Ano 1989 foi, na verdade, *um ponto alto*, marcado por uma determinada forma de *queda de um bloco ou império* que não obedeceu aos preceitos doutrinários do realismo político e do marxismo. Com efeito, como afirma João Paulo II, diferentemente dos que pensavam que *a configuração* estabelecida nas Tordeasilhas de Yalta *só poderia ser abalada por outra guerra* eis que a mudança se operou *através de uma luta pacífica que lançou mão apenas das armas da verdade e da justiça*. Através do *empenho não violento de homens que sempre se recusaram a ceder ao poder da força, e ao mesmo tempo souberam encontrar aqui e ali formas eficazes para dar testemunho da verdade*.

O tal *fim do comunismo* na URSS e nos países ditos do Leste se foi condicionado pelas relações externas, teve, sobretudo, a ver com circunstâncias internas desses países, nomeadamente pela



conquista da chamada sociedade civil feita pelo libertacionismo humanista.

Na verdade, a alteração de regime ocorrida nessas partes da Europa não aconteceu com nenhuma Terceira Guerra Mundial, como o admitiam os chamados realistas políticos, mas sim com as chamadas revoluções de veludo de 1989-1990, onde o poder dos sem poder foi bem mais poderoso que o aparelho de poder do concentracionarismo.

Todos aqueles que, continuam emaranhados na hiperinformação sobre os acontecimentos políticos russos da era pós-gorbatchoviana e que não assumem a modéstia de ler os sinais dos tempos, através dos que têm a humildade de juntar o lume da profecia ao lume da razão, serão capazes de elaborar imaginosas teorias de justificação, mas, embora possam conseguir acesso ao comboio da moda, jamais compreenderão que não há história sem homem, não há homem sem interioridade, nem mundo sem mistério.

Do mesmo vício padecem todos aqueles enviados especiais e correspondentes dos grandes meios de comunicação de massas da aldeia global que continuam a olhar o Leste com as categorias ocidentais, onde a direita e os conservadores têm que ser os antigos comunistas, ao mesmo tempo que o espaço da esquerda e das reformas seria ocupado pelos que são adeptos de um ocidentalismo radicalmente capitalista e cosmopolitista, mesmo que as fileiras deste último sejam maioritariamente dominadas pelos antigos privilegiados da *nomenklatura*, agora transformados em homens de negócios, a nova máscara daquela bandocracia que reúne o pior do regime comunista com o pior do regime capitalista.

Importa reconhecer, como o faz João Paulo II, que o *Ano 1989* redescobriu novas formas de democracia: o homem concreto, como sinal do homem completo, o tal homem que traz gravada em si a imagem de Deus, o tal homem que usou as armas da verdade e da justiça assentes no poder dos sem poder, como referia Havel, ou na política anti-política, como salientava Thaddeus Mazowiecki.

Contudo, João Paulo II não deixava de alertar para o real perigo de uma explosão novos conflitos na Europa do Leste, se o espírito de paz e de perdão não triunfar nos corações sobre o ódio e a violência. E dizia que tal aconteceria se diminuírem a tensão moral e a força consciente de prestar testemunho da verdade.

Porque o que está em causa nesses países que abandonaram o comunismo é um grande esforço para a reconstrução moral e económica, é uma renovação material e moral. Nesses países teria então início o verdadeiro pós-guerra.

Com efeito, o problema dos países de Leste é económico, mas não é apenas económico. E mesmo os problemas económicos, se se resolvem com medidas económicas, não se resolvem apenas com medidas económicas.

Razão tem o Papa quando observa que se o marxismo definia o homem simplesmente com base na sua inserção em classe, já o economicismo ocidental parte unilateralmente do sector da economia.

Com efeito, continuando a seguir João Paulo II, importa salientar que só é possível compreender o homem na sua dimensão cultural e nacional (CA, 24), se o vimos enquadrado na esfera da sua cultura, através da linguagem, da história e das posições que ele adopta diante dos acontecimentos fundamentais da existência.

Já na *Laborem Exercens*, de 14 de Setembro de 1981, potenciara e globalizara a noção de direitos do homem, integrando o individual no familiar e no nacional.

Considerando a nação como a grande sociedade de que o homem faz parte, em virtude de laços culturais e históricos particulares (LE, 10, p. 35), João Paulo II salientava que essa grande sociedade, mesmo que não tenha assumido a forma completa de nação, tal sociedade é a grande «educadora», ainda que indirecta, de cada homem, pois cada pessoa recebe na família o con-


teúdo e os valores que constituem, no seu conjunto, a cultura de uma determinada nação. É, além disso, também uma grande encarnação histórica e social do trabalho de muitas gerações. Tudo isto faz com que o homem ligue a sua identidade humana mais profunda ao facto de pertencer a uma nação, e encare o seu trabalho também como qualquer coisa que vai aumentar o bem comum procurado juntamente com os seus compatriotas. Assim, cai na conta de que, por este meio, o trabalho serve para multiplicar o património da inteira família humana, de todos os homens que vivem no mundo (LE, 10, pp. 35-36).

Isto é, a doutrina social da Igreja Católica, assume a necessidade de defesa simultânea, integrada e global do individual, do familiar e do nacional, para que se possa ser autenticamente universal. Não há familiar sem o pessoal (como acontecia em Roma ou na China), não há nacional sem o individual e o familiar (como ainda o defendem certos nacionalismos) e não pode haver universal sem o nacional, o familiar e o individual (como é proclamado pelos que defendem a humanidade abstracta, esquecendo o homem).

Também na *Sollicitudo Rei Socialis* João Paulo II reclamava a necessidade de a cada comunidade nacional ser atribuída uma subjectividade em triplo sentido: económico, político-social e cultural. Isto é, a subjectividade não caberia apenas às pessoas-cidadãos ao homem, mas também à sociedade, ao povo. E o totalitarismo seria precisamente a usurpação destas duas subjectividades, dado que nele o homem e o povo tornam-se «objecto» (SRS, 15, p. 31).

O economicismo, que considera o trabalho humano exclusivamente segundo a sua finalidade económica (LE, 13, p. 46),

(Continua na pág. 11)



CAVES DA

# Montanha

A. HENRIQUES

---

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Telef.: Montanha  
Telefs 52260 e 52611  
Telex 53081  
Apartado 18  
3781 ANADIA CODEX

✠

**«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES**

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |  
CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |  
CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |  
Concurso de Bratislava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |  
CONCURSO DE MILÃO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |

✠

Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos  
Brândeis - Aperitivos - Vinhos de Mesa



(Continuação da página um)

ter-se assim fora de qualquer contaminação colonial. Foi por esta razão, tanto quanto se entende, que os que abandonaram o Instituto nas crises que sofreu, também passaram a omitir biograficamente a raiz e a base da sua formação e carreira. O Pe. Silva Rego encontrou, nesta experiência desgastante, uma das certamente raras ocasiões em que se viu compelido a abandonar a mansidão cristã com que atravessou as crises e desafios de uma vida trbalhosa.

**2.** A sua participação na conversão do Instituto de escola de quadros em escola de ciências e políticas, teve expressão principal em três domínios.

No ensino, definiu a área da Missionologia, consolidando uma evolução que está documentada pelo seu *Curso de Missionologia*, que se baseou exclusivamente no exame histórico da acção das missões portuguesas, e pelas *Lições de Missionologia* (1961) que definitivamente assumiram o campo missionológico como área de estudo a tratar com metodologia e independência dos outros temas sociológicos.

Na investigação, para além do lugar separado que mereceram a sua tese sobre O Padroado Português do Oriente, e os volumes da Documentação, em reimpressão (1991) a cargo da Fundação Oriente, presidiu ao Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, e criou a primeira Filmoteca Ultramarina Portuguesa, de que ou-

## O PADROADO

tros falarão. Mas sobretudo, no plano do Instituto, chefiou a Missão para o Estudo da Missionologia Africana, que averiguou o estado das missões católicas ultramarinas, não descurando a informação sobre a situação de facto, que teve por exemplo expressão no Anuário Católico do Ultramar Português (1960), organizado pelo Pe. Albano Mendes Pedro. Na divulgação cultural que pertence à relação entre a universidade e a sociedade, foi essencial a sua participação em conferências, colóquios, mesas redondas, debates, ensaios, comentários, artigos, notas, prefácios: um volume importante, ligado à vida do Instituto, e simbólico de tal intervenção, foi publicado com o nome de *Temas Sociomissionológicos e Históricos* (1962).

**3.** Não pertence a este comentário fazer uma avaliação da bibliografia que se ficou devendo ao trabalho, nunca interrompido, de Silva Rego, e por isso as referências feitas são apenas indicativas e destinadas a pontos de referência que permitam compreender a natureza da intervenção académica do professor excelente.

Toda a formação do Professor Silva Rego, anardinado na Diocese de Macau, e enviado para Lovaina pelo futuro Patriarca das Índias e Cardeal D. José da Costa Nunes, então Bispo de Macau, para se especializar na área da história, foi tributária de um sistema euromundista, cujas doutrinas não previram a crise que viria porém a abalar, e depois a destruir, tal supremacia europeia. Mesmo no sistema especificamente português, sobre o qual não se encontram traços de qualquer avaliação do peso efectivo do país na balança de poderes mundial, a percepção da estabilidade era um reflexo da percepção das potências directoras do euromundismo secular.

Na época a que se referem os trabalhos antes apontados do Prof. Silva Rego, os ventos da mudança, cuja identificação deu tanta notoriedade a Mac Millan, mostravam todavia que a disfunção tinha passado a ser a regra.

Por isso, a percepção nova do Prof. Silva Rego quanto à Missionologia, resultou do contacto directo com a realidade, depois de percorrer, em 1959, a Nigéria, Camarões, África Equatorial Francesa, Angola, Congo Belga, Uganda, Quênia, Tanganica, Rodésia, África do Sul e Moçambique. Os apontamentos que publicou (*Alguns problemas sociológico-missionários da África Negra*, 1960) fazem o primeiro levantamento realista da conjuntura e baseiam o pensamento que orientou o ensino da Missionologia.

Tratou-se, de facto, de abandonar uma atitude refugiada na proclamação dos grandes princípios, disposta a ignorar a realidade desafiante para esgotar todo o esforço no entendimento da doutrina. O pressuposto mais comum era o de confiar na índole do povo e na missão apostólica da Igreja, esperando que os factos, por misteriosos caminhos, viessem a dar razão à índole e à missão.



**AGR**  
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA  
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P  
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122  
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P  
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378  
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO  
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00  
Telex 27133 Acptu P  
Fax 200 25 02



O atendimento  
mais acolhedor  
o serviço mais eficiente





# A MISSIONOLOGIA

A evolução das estruturas internacionais, e os fenómenos inesperados internos, designadamente a penetração acelerada em África das igrejas protestantes vinculadas à matriz do americanismo, a participação dos movimentos messiânicos apoiados na negritude de matriz popular, o renascimento da missionação islâmica aliada aos fundamentalismos terceiro-mundistas, tudo exigia uma rápida mudança de perspectivas, de métodos, de pedagogia, de divulgação dos resultados, no caso de se pretender adquirir alguma actividade académica nessa área.

No Prólogo das Lições de Missionologia, Silva Rego dizia: «estas lições reflectem, sem dúvida, os cuidados que, na actualidade, se impõem a todos quantos estudam problemas africanos. As relações entre Estado e Igreja, por exemplo, mereceram-nos algum desenvolvimento, exactamente para se esclarecer um problema que não ganha nada em permanecer na penumbra, na incerteza e na dúvida. Tem que ser aberto e francamente discutido. Só assim se poderá chegar a alguma conclusão. Isto aplica-se, em geral, a toda a problemática missionária africana».

4. Na investigação devida ao Prof. Silva Rego destaca-se o Padroado Português, padroado que era definido pelo Cãnone 1448, então em vigor, como uma «soma de privilégios e alguns encargos que, por concessão da Igreja, competem aos fundadores católicos de igrejas, capelas ou benefícios, ou aos seus sucessores». O conceito, que já inspirara o primeiro documento sobre o instituto, que se deve a Nicolau II (1058-1061), e mereceu a atenção de S. Tomás de Aquino, não deixa prever, na simplicidade formal, a acidentada história a que presidiu, muito concretamente nas relações entre Portugal e a Santa Sé. Uma história que teve o seu arranque de expressão ultramarina em 1415, e deu origem a um Padroado confiado não a Portugal, mas sim à Ordem de Cristo. Todavia, depois que o seu gover-

nador e administrador D. Manuel, Duque de Beja, foi Rei de Portugal, nunca mais a administração da Ordem saíu das mãos da Coroa e por isso se confundiu, na linguagem e por vezes nos textos, o Padroado da Ordem com um Padroado Real.

Desta modificação da percepção do Padroado, não coincidente com as suas origem e definição jurídica, resulta a inevitabilidade de considerar toda a sua evolução numa perspectiva de relações entre Portugal e a Santa Sé.

Apenas em 1622 apareceu na Cúria Pontifícia um organismo encarregado expressamente de supervisionar o trabalho missionário; foi a Congregação da Propaganda Fide, criada por Gregório XV, e cuja primeira reunião se deu em 6 de Janeiro desse ano de 1622. De então em diante, foram muitos os desentendimentos entre Congregação e Padroado, mas talvez pela década de 60, deste século, o facto mais importante fosse o esquecimento em que o Padroado, e suas regras, tinha caído na opinião pública, quer oficial quer privada portuguesa. O notável esforço do Prof. Silva Rego não logrou chegar a tempo de ser aproveitado para esclarecer o processo político e diplomático, mas é indispensável para compreender a evolução e os incidentes surgidos quer em Goa, com o Patriarcado, quer em Moçambique designadamente com os Padres Brancos, quer em Roma com as audiências concedidas a representantes da resistência armada e anticolonialista.

E também parece de aceitar que à luz da evolução do Padroado, cujos últimos vestígios se extinguíram, apenas depois do Concílio Vaticano II, em Malaca, se entendem melhor as dificuldades com que a Santa Sé se defronta na questão de Timor.

Resumidamente, convém lembrar que a evangelização portuguesa em Timor, tal como em todos os outros territórios coloniais portugueses, se fez com subordinação ao Acordo Missionário de 1940. Foi nessa data criada a Diocese de Dili, marco último do perdido espaço missionário na Insulíndia: abrange o enclave de Oe-Cusse e a Ilha de Atauro. Atento à importância dessa presença, o Prof. Silva Rego dava o seguinte quadro da diocese em 1960:

Paróquias e missões centrais	Missões filiais	População total	Católicos	Catecúmenos	Famílias católicas	Crianças católicas em idade escolar	
						Rapazes	Raparigas
1) Paróquia da Imaculada Conceição (Balide) ..	2	43 711	6 573	244	694	418	278
2) Paróquia de Santo António (Motael) .....	1	8 505	2 334	313	283	440	284
3) Missão de Ainaro .....	4	41 851	4 811	578	728	563	372
4) Missão de Alas .....	3	20 915	5 634	443	1 093	268	416
5) Missão de Baucau .....	9	72 152	10 576	662	1 608	1 081	992
6) Missão de Ermera .....	7	104 865	9 299	1 471	1 069	847	847
7) Missão de Fuiloro .....	4	32 755	3 856	1 321	441	555	418
8) Missão de Maliana .....	9	72 155	9 959	3 861	1 517	760	961
9) Missão de Manatuto .....	5	21 375	7 599	103	1 073	741	765
10) Missão de Oe-Cusse .....	8	18 777	11 384	570	2 035	1 043	1 178
11) Missão de Ossu .....	6	49 127	8 099	1 526	1 024	1 024	1 176
12) Missão de Soibada .....	5	15 432	6 607	667	1 116	801	850
13) Missão de Suai .....	5	20 994	4 601	2 134	722	356	361
<i>Soma</i> .....	68	522 614	91 332	13 893	13 398	8 897	8 898



A data de criação era de guerra mundial, durante a qual Timor seria vítima da invasão aliada, violadora da neutralidade portuguesa, e da conquista japonesa que manteve uma ocupação violenta até ao fim da guerra, executando o primeiro genocídio de que aquele povo foi vítima na mesma geração. Só em 1945, depois da reinstalação da soberania portuguesa, é que o então administrador apostólico D. Jaime foi nomeado bispo. A distância foi sempre adversária de Timor, e a invasão pela Indonésia, depois da revolução portuguesa de 1975, levou à execução de um segundo genocídio, ainda em curso neste ano de 1993. De acordo com a experiência do Padroado, é possível que nesta data a principal questão seja esta: salvaguardar a comunidade católica existente na Indonésia, talvez uns cinco milhões de pessoas, que não se pronunciaram, nem a hierarquia, a favor da autodeterminação de Timor, em face de um regime tecnicamente chamado «Presidencialista, apoiado nas forças armadas, e que não hesita em recorrer à extrema violência; talvez a Igreja Católica Indonésia preveja vantagem futura em que um país muçulmano, embora não oficialmente fundamentalista, como é a Indonésia, seja um melhor hospedeiro para os católicos se tiver uma província cristã entre todas as outras que o não são. De qualquer modo, a moldura histórica do Padroado, com as suas dificuldades e conflitos, está presente, e ao Prof. Silva Rego se deve a investigação que nos habilita hoje com o conhecimento necessário para referenciar o dramático caso de Timor a uma longa história que, esta, está de facto a chegar ao fim.



5. O processo revolucionário de 1975 também em relação à obra do Professor Silva Rego e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde gastou a sua vida universitária, estendeu o método da expropriação. As instalações do Instituto, no Palácio Burnay à Junqueira, e de caminho a Filmoteca Ultramarina que concebeu e à qual deu substância, foram expropriadas à Universidade Técnica com violação da lei expressa, e não obstante a resistência do Reitor Arantes e Oliveira, que ali tentou instalar a Reitoria, tudo segundo o método de mudar o nome à Ponte. Ninguém acrescentou nada que valha a pena mencionar à herança que o Prof. Silva Rego deixou, excepto a extinção do vínculo institucional da sua obra com a Escola que serviu exemplarmente, esta a cicatriz que ficou da tentativa de extinguir o próprio Instituto.

Nas dezenas de anos de convívio com o Padre Silva Rego no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, do qual foi Director em período difícil, nunca o vi explodir de indignação senão por causa da Escola e dos injustos agravos de que se deu conta, pelo menos em duas ocasiões. O Instituto representava para ele um valor mais do que institucional, porque era o facto mais hegemónico da sua circunstância, a realidade à qual consagrava toda a sua capacidade disponível de afecto, envolvente de todas as gerações de estudantes, de cada estudante, de cada docente das várias gerações com as quais conviveu. Todos os anos oficiava uma missa por alma dos mortos, e nessa missa estavam presentes os vivos dos sucessivos cursos, independentemente dos seus destinos na vida activa, e das suas crenças e opções políticas. Quando se retirou, pelo limite de idade e pelo limite das forças, vinha cada ano igualmente dizer a missa, e todos os vivos continuaram a não faltar. Alguns estavam presentes não tanto por causa da Missa, mas sobretudo para não perder a oportunidade de ver mais uma vez aquele a quem chamavam, afectuosamente, o Santo.

(<sup>1</sup>) Discurso pronunciado no dia 29/5/93 na sessão de homenagem ao Prof. Doutor António Silva Rego na Biblioteca de V. N.ª de Famalicão.

#### HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR Pe. ANTÓNIO DA SILVA REGO

No dia 29 de Maio p.p. realizou-se em Vila Nova de Famalicão uma homenagem ao Prof. Doutor Pe. António da Silva Rego e aos Missionários do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão no contexto de 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas.

A homenagem constou de vários números.

Às 15 horas no Salão nobre da Biblioteca Municipal realizou-se uma Sessão solene presidida pelo Senhor Arcebispo Primaz D. Eurico Nogueira.

O Sr. Presidente da C.M. abriu a sessão.

O Sr. Prof. Doutor Pe. João Francisco Marques saudou todos os participantes nesta sessão destacando a vida e obra



do homenageado Pe. António Silva Rego como sacerdote, Missionário e Professor.

O Prof. Doutor Aurélio de Oliveira apresentou o conferencista Prof. Doutor Adriano Moreira, que não pode estar presente, por se encontrar fora do país e esteve representado pelo Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro — Pe. Joaquim António de Aguiar, que leu o discurso que publicamos neste número de «Roteiros».

Encerrou a Sessão o Senhor Arcebispo Primaz D. Eurico Nogueira.

A seguir foi inaugurada uma exposição documental sobre os Missionários do Arcebisado de Vila Nova de Famalicão, destacando-se a figura do Pe. António Silva Rego.

Pelas 18,30 horas foi descerrada uma lápide comemorativa na casa onde nasceu o Pe. Doutor Silva Rego em Joane, seguindo-se a Eucaristia presidida pelo Senhor Arcebispo Primaz e concelebrada por todos os sacerdotes do Arcebisado.

Foi uma tarde Missionária lembrando todos os Missionários que deram esforço à obra de Evangelização em África e Oriente.

## Pe. PROF. DOUTOR ANTÓNIO DA SILVA REGO

### DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu, a 13 de Junho de 1905, na freguesia de Joane, concelho de Vila Nova de Famalicão, filho de Joaquim da Silva e Bernardina de Freitas, sendo o mais velho de 14 irmãos. Com 11 anos foi levado pelo Dr. António José Gomes, seu primo e reitor do Seminário de S. José de Macau, para o Oriente, a fim de ingressar neste estabelecimento de formação eclesial que frequentou até terminar o curso teológico.

Ordenado de presbítero com 21 anos, o então prelado da diocese, D. José da Costa Nunes, após um ano de docência no seminário, nomeou-o em 1928 pároco de S. José de Singapura onde exerceu durante uma década a sua actividade evangelizadora e se interessou vivamente pelo trabalho desenvolvido através do Padroado Português do Oriente.

Por vontade de seu Bispo, segue em 1938, rumo à Bélgica para frequentar, na Universidade de Lovaina, o curso de história. É dessa altura o aparecimento do livro de sonetos, *Orientalia*, e do ano seguinte a colectânea de ensaios *O Oriente e o Ocidente*, marcados pela vivência nessas paragens que lhe tocaram a sensibilidade e lhe abriram a inteligência.

Em 1940, ano da celebração do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal, a convite da Agência Geral das Colónias, publica *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, compreendendo apenas o delineamento de um assunto posteriormente a desenvolver.

Licenciado em Ciências Históricas, em 1941, como consta do respectivo diploma passado a 19 de Julho, regressa à pátria e inicia fecunda colaboração nas revistas: *Boletim Geral das Colónias e Portugal em África*, dirigida pelos padres espiritanos. Em 1946, quando Marcello Caetano, ministro das colónias, reorganiza a Escola Superior Colonial e cria o Curso de Altos Estudos Coloniais, convidando o Dr. Silva Rego para o corpo docente como professor ordinário do V Grupo (História do Império e História da Colonização Moderna). Proporcionava-se-lhe assim ensino de se dedicar exclusivamente à pesquisa histórica e ao magistério universitário.

Passou esta Escola, a partir de 1957, a chamar-se Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) e, em 1961, por iniciativa do Prof. Adriano Moreira, fica integrada na Universidade Técnica de Lisboa sob a designação de Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, (ISCSP), continuando o ensino da História a pertencer ao V grupo, composto pelas cadeiras de História do Ultramar, História da Colonização Moderna, História da Expansão Portuguesa no Mundo, e do curso semestral de História Diplomática. Nela e para ela passou a viver. Era a transição da actividade evangelizadora para a intervenção cultural no campo particular da cristianização ultramarina do Oriente, efectivada pelo esforço missionário português.

No longo itinerário da sua vida consagrada à investigação, devem-se-lhe relevantes realizações, de que merecem destaque: o lançamento da Filмотeca Ultramarina Portuguesa; a direcção de *Studia*, revista do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, aparecida em 1958 incluindo larguíssimo elenco de resenhas críticas de sua lavra, bem como o «Memorandum Bibliográfico» os 12 volumes das *Gavetas da Torre do Tombo (1960-1977)* e os 5 da Documentação Ultramarina Portuguesa (1960-1967), com mais 3 da *Colecção de S. Lourenço*, conjunto este conhecido pela denominação de Gulbenkian, em homenagem ao fundador da benemérita instituição.



Pe. PROF. DOUTOR ANTÓNIO DA SILVA REGO

Cedo a notável obra em que se empenhava lhe mereceu o reconhecimento da comunidade institucional e académica. Com efeito, em 1953, foi escolhido para procurador à Câmara Corporativa, em representação do Episcopado Português do Oriente, e eleito, já em 1946, Membro da Sociedade de Geografia, onde veio a fazer parte das subcomissões Indiana, Asiática e de Macau, sendo vice-presidente desta agremiação desde 1974 a 1986.



Acolheu-o, em 1951, a Academia Portuguesa da História de que veio, quatro anos depois, a ocupar a cadeira n.º 18 que pertencera ao Dr. Jordão de Freitas, proferindo douras comunicações relativas ao Oriente.

Veria ainda editados por esta instituição, em 1978, duas obras suas de reconhecido interesse: *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*, importante como dado informativo sobre a polémica entre os missionários da Propaganda Fidei e os do Padroado Português, e o *Roteiro Documental para a História do Antigo Ultramar Português*. A 13 de Maio de 1983, ascenderia a Presidente de Honra da Academia Portuguesa da História pelos relevantes serviços prestados. Entrou também, a 18 de Outubro de 1962, para a Academia de Ciências de Lisboa, como membro correspondente, sendo eleito, em 29 de Novembro de 1979 para ocupar a cadeira n.º 27, da classe de Letras-Secção de História e Geografia, sucedendo ao Almirante Rodrigues, e numa consagração ao que era, na altura, o maior orientalista português.

A ânsia de pesquisa de fontes levou-o a Bibliotecas e Arquivos da Europa, Ásia e África e a sua contínua operosidade levou-o a publicar numerosa bibliografia, a participar em congressos e colóquios, a reger cursos em universidades estrangeiras. Assim, e a mero título exemplificativo, esteve, em 1959, em Goa para intervir no Seminário Internacional sobre a História Indo-Portuguesa. No ano seguinte deslocou-se à Suécia para apresentar a comunicação «Portuguese discoveries and modern

Apostolate» na Comissão Internacional de Ciências Históricas, reunida em Estocolmo, de que foi nomeado sócio correspondente. Em 1961, apresentou em Singapura, na 1.ª Conferência Internacional de Historiadores do Sudeste Asiático, a comunicação: «Portuguese Archives and the History of South-East Asia». A convite da Universidade de Nijwaterstand de Johannesburg, foi, em 1957, «Visiting Luis de Camões Professor of Portuguese Studies». Voltou a Macau, em Setembro de 1972, a fim de organizar o Arquivo Histórico da cidade onde fizera os seus estudos eclesiásticos.

Para Roberto Gulbenkian, sucessor na cadeira que lhe pertencera na Academia Portuguesa, o Prof. Silva Rego, «Padre-Mestre do Oriente», teve o condão de saber admiravelmente «conciliar a sua vocação de investigador com a sua vocação eclesiástica. A intensidade da sua fé e a sua fidelidade ao Evangelho deram-lhe uma grande abertura ecuménica à compreensão do universalismo humano que caracteriza as religiões não-cristãs do Oriente».

Por sua vez o Prof. Veríssimo Serrão traçou, com inteira autoridade a justeza, o perfil do insigne mestre e homem de eleição, ao afirmar em lapidar síntese: «António da Silva Rego foi, na verdade, um santo entre os homens, mas um santo que nunca soube que o foi. Tendo partido com 10 anos para o Oriente, fez a sua formação no seminário de Macau e durante mais de 20 anos missionou em muitas terras do mundo oriente. Esse convívio com gente de outras raças e de outros credos envolveu o seu espírito na luz harmoniosa que aproxima todos os homens de boa vontade. Em muitas paragens soube difundir a boa palavra de que há um Deus único que é Senhor de todas as coisas, guia de quantos homens buscam na razão e na fé a certeza do seu destino. Como zeloso apóstolo, o padre António da Silva Rego absorveu também as luzes da filosofia oriental, feita de quietude e mansidão, envolta num halo de espiritualismo que encontrou a mais bela acolhida na sua alma de cristão. Em pleno século XX foi o herdeiro dos antigos missionários que tinham sabido espalhar a mensagem de Cristo para melhor dignificarem a pessoa humana. A sua missão por terras do Oriente deu-lhe também a dimensão de quanto Portugal contribuíra para universalizar a obra sem limites da Criação. Nesse ambiente formou-se o sacerdote inebriado de uma excelsa missão. Mas foi também no mundo do Oriente que nasceu o historiador consciente das gestas portuguesas e deseioso de aprofundar o seu conhecimento».

Atingido pelo limite de idade em 1975, veio a falecer em Lisboa, a 8 de Julho de 1986, conservando, no entanto, até à morte a sua incardinção à diocese de Macau de que fora tão ilustre membro.

De vasta produção histórica de Silva Rego, serão ainda de destacar os trabalhos seguintes: *O Dialecto Português de Malaca* (1942); *A Presença de Portugal em Macau* (1946); *Documentação para a História do Padroado Português do Oriente-Índia*, 12 vols. (Lisboa 1947-1958); *História das Missões do Padroado Português do Oriente* (1948); *A Vida a Bordo das Naus da Índia em Meados do Século XVI* (1953); *Do tempo, do homem e da história* (1958); *Temas Sociomissionológicos e Históricos* (1962); *Alguns Problemas Sociológico-Missionários da África* (1962); *Lições de Metodologia e Críticas Históricas* (1963); *A comunidade Luso-Malala de Malaca e Singapura* (1965); *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*, (1967); *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*, (1966); *O Ultramar Português no tempo de Pombal* (1982).

**BIBLIOGRAFIA:** Joaquim Veríssimo Serrão: *No Jubileu do Prof. Doutor António da Silva Rego*, separata dos «Anais da Academia da História», II série, vol. 23, t. II, Lisboa, 1976; *Saudação ao Prof. Doutor António da Silva Rego*, separata de «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras», t. XXI, Lisboa, 1980; Roberto Gulbenkian e Joaquim Veríssimo Serrão, *Elogio do Prof. Doutor António da Silva Rego*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1987.

## GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



**gertal**

### Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma relação esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.



# O REGRESSO DA HISTÓRIA

(Continuação da pág. 5)

se não é um *materialismo teórico*, à maneira do materialismo dialéctico, marxista, não deixa de ser um *materialismo prático*, o qual é julgado capaz de satisfazer as necessidades do homem, não tanto em virtude das premissas derivantes da teoria materialista, mas em virtude de um modo determinado de avaliar as realidades, e portanto em virtude de certa hierarquia de bens, fundada na atracção imediata e preponderante daquilo que é material (LE, 13, p. 46).

Como já dizia Paulo VI, a busca exclusiva do ter torna-se então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza (*Octogesima Adveniens*, de 14 de Maio de 1971, 9).

Neste sentido, João Paulo II vem esclarecer que o mal não consiste no «ter» enquanto tal, mas no facto de se possuir sem respeitar a qualidade e a ordenada hierarquia dos bens que se possuem (SRS, 28, p. 59).

Nunca nos podemos esquecer, como salienta João Paulo II, que a crise do marxismo não elimina as situações de injustiça e de opressão no mundo, das quais o próprio marxismo, instrumentalizando-as tirava alimento (CA, 26, pp. 59-60).

Porque as antigas formas de totalitarismo e autoritarismo não foram ainda completamente debeladas, existindo mesmo o risco de ganharem novo vigor (CA, 29, p. 65). Compreende-se assim que uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado (CA, 46, p. 101).

Na verdade, a questão social continua, só que, agora assumiu uma dimensão mundial (SRS, 9, p. 19), pelo que um determinado país ou região, não devem ser consideradas como ilhas dispersas e sem comunicação (SRS, 9, p. 19).

A doutrina social da Igreja que já antes da queda do marxismo rejeitava constituir uma terceira via entre o capitalismo liberal e o colectivismo marxista (SRS, 41, p. 91) e dizia não pertencer ao domínio da ideologia (id), insiste agora não ter modelos a propor (CA, 43, p. 93) oferecendo apenas uma orientação ideal (id, p. 94).

Dá, no entanto, resposta positiva aos modelos que reconhecem o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da consequente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no sector da economia (CA, 42, p. 92). Salienta, contudo, que a liberdade no sector da economia tem de estar enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral (id.). E, em vez de capitalismo, prefere os termos economia de empresa, economia de mercado e economia livre.

Aplicando esta perspectiva aos países ex-comunistas, o Papa salienta que existe o risco de se difundir uma ideologia radical de tipo capitalista (CA, 42, p. 93). Contra esta ideologia, a doutrina social de João Paulo II se reconhece o valor positivo do mercado e da empresa, eis que indica ao mesmo tempo a necessidade de que estes sejam orientados para o bem comum (CA, 43, p. 94), porque o homem trabalha para ocorrer às necessidades da sua família, da comunidade de que faz parte, da Nação e, enfim, da humanidade inteira (CA, 43, p. 95). Porque mediante o trabalho deve o homem ganhar o pão de cada dia, contribuir para o progresso da ciência e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os outros irmãos (LE, pr., p. 7).

Com João Paulo II, a doutrina social católica, tal como a *Reserua Novarum* e a *Quadragesimo Anno* se distanciou das doutrinas contra-revolucionárias que pugnavam pelo primado da política (a *politic d'abord* de Maurras), eis que continua a afirmar o primado do espiritual, agora contra o economicismo de certa perspectiva neo-liberal e tecnocrática que até esquece o moralismo fundacional do liberalismo.

Na verdade, em João Paulo II mantém-se a ruptura com as raízes iluministas de certo demo-liberalismo cujo subsolo filosófico continua a dimanar daquele deicídio jusracionalista que conduziu ao processo de desintegração da *síntese católica*, segundo as clássicas palavras de Giorgio La Pira<sup>(1)</sup>.

No discorrer de João Paulo II há, com efeito, uma antecipação do futuro, há o antiquíssimo novo modo cristão de entender a política. Um regresso para progredir em frente. Um novo entendimento da *polis* à imagem e semelhança do homem.

Conforme refere o Papa, a sociedade de bem-estar ou sociedade de consumo tende a derrotar o marxismo no terreno do puro materialismo, mostrando como uma sociedade de livre mercado pode conseguir uma satisfação mais plena das necessidades materiais humanas que a defendida pelo comunismo, e excluindo igualmente os valores espirituais. Na verdade, se, por um lado, é certo que este modelo social mostra a falência do marxismo ao construir uma sociedade nova e melhor, por outro lado, negando a existência autónoma e o valor da moral, do direito, da cultura e da religião, coincide com ele na total redução do homem à esfera da economia e da satisfação das necessidades materiais» (CA, 19, pp. 46-47).

A ideologia dos conformistas pelo *fin da história* há-de explodir em revolta e eu não quero subscrever a catástrofe. Há uma sociologia da esperança e eu, como português, quero continuar a descobrir novos mundos.

A história segue dentro de momentos. O *fin das ideologias* há-de volver-se em *regresso da política*. Os sinais da Guerra do Golfo, de Tian An Men, do fundamentalismo e do próprio regresso ao atavismo balcanizante da Europa prenunciam novos caminhos para o homem e exigem novas idéias.

Portugal entre o Sul e o Norte, entre o activismo do criador de idéias e da imaginação de utopias e a passividade indeferentista de ser colonizado, vai ter que responder brevemente aos novos desafios. Eu quero estar do lado da esperança e dos que têm saudades do futuro.

Como visiona Oliveira Martins, no final da sua *História da Civilização Ibérica*, o papel de apóstolos das futuras idéias está reservado aos que foram os apóstolos da antiga idéa católica.

(1) Apud FRANCIS FUKUYAMA, *The End of History and the Last Man*, Nova Iorque, The Free Press, 1992, pp. 248-250.

(2) Porque essa mesma *síntese católica*, que seria marcada por uma unidade «entre a natureza e a graça; entre a razão e a revelação; entre a liberdade e a lei; entre a pessoa e a sociedade; entre Estado e Estados», teria sido desintegrada sucessivamente pela Reforma — quando surgiu «a razão dissociada da revelação; a liberdade cindida da lei; a pessoa dissociada da sociedade; o Estado dissociado dos Estados» —, e pela Revolução Francesa — ter-se-ia dado aquela dissociação «transcrita na economia (economia liberal), na política (a política do contrato social, o individualismo político), no direito (dissociação do direito positivo e do direito natural)».

A tal ideologia das separações que afastou o homem da harmonia cósmica com a natureza, o homem concreto do homem completo, a existência da essência, o situado do transcendente.



# VIDA DO INSTITUTO

1. A Direcção do Instituto não tem estado inactiva no decorrer destes meses de Janeiro para cá, desde quando se realizou o último Colóquio em Bragança.

Tem dedicado muito tempo à solução de problemas relativos à nova sede, situada no Restelo e cuja escritura de compra se realizou em 10 de Dezembro do ano passado.

Houve necessidade de fazer um projecto de adaptação da moradia às novas funções, que levou o seu tempo e que teve de entrar nos serviços Camarários de Obras.

Todos estes processos são demorados e exigem muito acompanhamento e paciência.

Esperamos que em breve tudo ficará resolvido.

Temos também outro processo com a E.P.U.L. relativo à permuta de uns terrenos de que somos proprietários e que também tem exigido acompanhamento.

Esperamos também que tudo chegará a bom termo com a ajuda de Deus.

2. No dia 4 de Dezembro vai realizar-se em Lisboa no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II um colóquio no contexto dos 450 anos do nosso 1.º contacto com o Japão, de colaboração com a Associação de Antigos Estudantes do Colégio Universitário Pio XII aberto aos antigos alunos do Colégio e aos sócios do nosso Instituto. Intervirão no Colóquio o Prof. Doutor Adriano Moreira que abordará o tema da importância do Oceano Pacífico no campo político do Oriente sendo hoje disputado pelos U.S.A. e Japão; o Prof. Doutor Polbivo Valente de Almeida do I.S.C.S.P. abordará o tema do Japão na área política e o Dr. António Santana Carlos tratará expressamente da área económica e financeira do Japão.



**feliz Natal**

O Colóquio encerrar-se-á com o jantar servido no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II.

O número de participantes será limitado a 70, tendo em conta a dimensão do espaço da sala de jantar.

## INSTITUTO NACIONAL DA CONJUNTURA ESTRATÉGICA

O Instituto Nacional da Conjuntura Estratégica, em colaboração com a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, com o Instituto D. João de Castro, com o Instituto de Defesa Nacional, o Centro de Estudos Orientais e o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, leva a cabo a realização de um curso de formação a nível de pós-graduação na área de Gestão de Negócios Internacionais.

Este curso, estruturado por módulos, permite aos licenciados que o frequentam obter uma visão global e estratégica dos grandes problemas jurídicos económicos e organizativos associados a desafios científicos, tecnológicos e Culturais que vão dominar a cena mundial na próxima década. Neste contexto, a Teoria Geral das relações internacionais e dos conjuntos geopolíticos é essencial para a compreensão de soluções alternativas a esses problemas.

Frequentam o curso 20 alunos, licenciados ou dirigentes de alto nível empresarial ou institucional, seleccionados tendo em conta o seu curriculum. A duração do curso é de 8 meses úteis, com um mês de férias em Agosto, tendo uma carga horária semanal de 12 horas. No final, o Instituto Nacional da Conjuntura Estratégica passará um certificado do curso.

### INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

N.º de Registo 112 874

#### Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres

(Secretário-Geral do IDJC)

#### Redacção

Sede do Instituto

R. da Madalena, 225 — 3.º Dto.

1100 LISBOA

Telef. 886 01 25

#### Propriedade

Instituto Dom João de Castro

N.º 212873

#### Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL.

Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87